

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
ASCES-UNITA**

JOSINÊS BARBOSA RABELO

**EXPANSÃO URBANA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA:
OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS NOVOS
EMPREENHIMENTOS NO MUNICÍPIO DE CARUARU, PE**

**CARUARU
2016**

JOSINÊS BARBOSA RABELO

**EXPANSÃO URBANA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA:
OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS NOVOS
EMPREENDIMENTOS NO MUNICÍPIO DE CARUARU, PE**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Comitê Científico do Centro Universitário Tabosa de Almeida – Aces-Unita, para execução no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento – NEPAS.

**CARUARU
2016**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
2	OBJETIVOS	06
2.1	GERAL	06
2.2	ESPECIFICOS	06
3	REFERENCIAL TEÓRICO	07
3.1	URBANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	07
3.2	DESENVOLVIMENTO LOCAL	09
4	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	11
4.1	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	12
4.2	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	12
4.3	RISCOS E BENEFÍCIOS	13
5	CRONOGRAMA	13
6	ORÇAMENTO	14
	REFERÊNCIAS	15
	APÊNDICES	17

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa faz integra o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento – NEPAS ligado institucionalmente ao Curso de Engenharia Ambiental, da Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico - ASCES.

Intenta estudar o processo de expansão urbana da cidade de Caruaru a partir da instalação de grandes empreendimentos habitacionais e educacionais na perspectiva do desenvolvimento local considerando a sustentabilidade e o fortalecimento da cidadania.

Muitos estudos já foram realizados com o objetivo de compreender os impactos do capitalismo nas cidades. São referências para essa discussão as reflexões realizadas por Lefebvre (2000; 2006); Harvey (1996; 2005); Santos (2002; 2003) e Castells (2000) entre outros, destacando as consequências das intervenções públicas e privadas sem a preocupação com a reprodução social. Nessa direção são relevantes estudos que abordem sobre o processo de urbanização trazendo à tona as contradições do espaço que passa pelo entendimento da dinâmica urbana – leitura da cidade e da qualidade de vida.

O Observa-se que o modelo de desenvolvimento das cidades adotado nos dias atuais tem priorizado a instalação de empreendimentos sem conexão com a qualidade de vida dos cidadãos. Outra questão que deve ser destacada é que nem sempre há o interesse do Estado de promover o desenvolvimento local sustentável e articulado com os agentes econômicos promove a degradação ambiental, questão que se evidencia no colapso das infraestruturas públicas, na degradação dos recursos naturais e na falta de capacidade da sociedade civil organizada de desafiar as instituições do Estado na construção de um projeto de desenvolvimento local que considere os interesses dos grupos sociais mais vulnerabilizados. (RABELO, 2014).

[...] a iniciativa privada tem um papel importante no desenvolvimento local/regional quando relaciona os objetivos econômicos aos sociais. Contudo, observa-se que os interesses privados têm modificado os ecossistemas pondo em risco os interesses da sociedade, tais como, as respostas aos impactos ambientais e espaciais das transformações econômicas que interferem na sustentabilidade das cidades e produzem conflitos ambientais [...]. (RABELO, 2014, p. 20).

Assim, o desenvolvimento local requer esforços de todos os atores locais: estatais, sociedade civil e do capital com disposição para implementar projetos que surgem a partir da negociação de interesses que são divergentes e conflitantes. Necessita também do fortalecimento dos sujeitos com capacidade de pensar propostas que capitalizem as potencialidades locais.

Os atores locais são todos aqueles agentes que no campo político, econômico, social e cultural são portadores e fomentadores das potencialidades locais. Para isso, o ator deve formar parte da sociedade e reconhecer-se em sua história e em seu sistema de normas e valores. Ator que forma parte de uma história e é também portador de alternativas. (AROCENA, 2000, p. 14).

É importante destacar a relevância do desenvolvimento local sustentável e da sustentabilidade espacial ambiental, visto que o desenvolvimento sustentável visa promover uma relação equilibrada entre homens e mulheres com a natureza, enquanto que a sustentabilidade urbana ressalta o equilíbrio entre espaço, crescimento e desenvolvimento. Esses aspectos aliados ao planejamento urbano podem contribuir para mudanças efetivas no espaço e na cidadania. Destarte, a pesquisa buscará responder ao seguinte questionamento: *Como se processa a expansão urbana produzida pelos novos empreendimentos habitacionais e educacionais no município de Caruaru, considerando o desenvolvimento local sustentável e o fortalecimento da cidadania?*

Para dar conta dos objetivos será realizada uma pesquisa qualitativa tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo para tratar os dados.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Compreender o processo de expansão urbana decorrente da instalação de grandes empreendimentos habitacionais e educacionais no contexto do desenvolvimento local considerando a sustentabilidade ambiental e espacial, bem como o fortalecimento da cidadania no município de Caruaru-PE.

2.2 ESPECÍFICOS:

- ✓ Analisar como os atores políticos locais influenciaram a instalação dos empreendimentos;
- ✓ Analisar as leis municipais urbanas;
- ✓ Descrever o processo de instalação empreendimentos destacando:
 - a) o licenciamento ambiental e a participação da sociedade;
 - b) como o poder público e sociedade regulam e controlam as intervenções no espaço urbano/rural;
 - c) as mudanças sociais e culturais produzidas pelos empreendimentos;
 - d) as novas políticas públicas implementadas.
- ✓ Analisar na esfera discursiva como os sujeitos articulam a noção de sustentabilidade e cidadania a partir das mudanças produzidas pelos empreendimentos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 URBANIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A urbanização e a concentração de indústrias e serviços e de seres humanos tem transformado a cidade do Brasil. Nesse contexto, uma das condicionantes mais importantes para o planejamento e a gestão ambiental¹ é a abordagem sistêmica das interações socioeconômicas, políticas e físico-ambientais na tomada de decisões do uso e gestão dos recursos naturais².

Nas sociedades contemporâneas o modelo hegemônico de desenvolvimento das cidades enfatiza o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade em seu sentido amplo, visto que é ainda difícil de ser alcançado, agravado por um fenômeno da urbanização não planejado que vem acontecendo nas últimas décadas comprometendo a qualidade de vida da população e dos ecossistemas.

Nessa perspectiva, a industrialização e a urbanização são vistos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como fenômenos que propiciaram profundas alterações no meio ambiente merecendo ser refletidos para a busca de alternativas. Assim, as discussões sobre os problemas ambientais estão relacionadas à expansão urbana e ao modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico adotados pelas sociedades contemporâneas.

É comum nas análises sobre a relação urbanização e degradação ambiental a ideia de que a concentração da população em um determinado espaço físico acelera os processos de degradação ambiental. Ou seja, a degradação cresce na medida em que a população aumenta numa relação de causa-efeito. Outra ideia é a de que os seres humanos são depredadores e aceleradores dos processos erosivos e nessa lógica, as vítimas dos impactos socioambientais são transformadas em

¹ Gestão ambiental é entendida como a implementação de medidas político- institucionais visando a proteção, a administração do uso e o monitoramento dos recursos naturais considerando a articulação entre as atividades humanas e a capacidade do sistema ambiental, bem como o processo de governança na perspectiva da sustentabilidade.

² Moraes (2007, p. 17-18) distingue duas modalidades de recursos: naturais e ambientais. Explica que os recursos naturais “referem-se a *produtos*, quantidades de materiais depositados na superfície terrestre que se apresentam nos fluxos econômicos como *mercadorias*, passíveis de terem preços médios aferidos no mercado.” Os recursos ambientais para o autor “referem-se a *condições* de vida e produção, circunscrevendo fatores de difícil contabilização, como a beleza cênica ou a originalidade paisagística, por exemplo.” [grifos do autor]

culpados; uma vez que essas análises não incorporam a estrutura de classe que possibilitaria perceber quem se apropria dos benefícios das atividades econômicas e com quem fica a divisão dos ônus - para toda a sociedade. (COELHO, 2009).

A população menos favorecida ocupa as áreas mais vulneráveis às transformações ecológicas e que são aceleradas pelas ações humanas, visto que não tem condições de arcar com os custos da moradia em áreas ambientalmente mais seguras ou beneficiadas por obras mitigadoras de impactos ambientais. Assim,

[...] sendo a urbanização uma transformação da sociedade, os impactos ambientais promovidos pelas aglomerações urbanas são, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais. (COELHO, 2009, p. 21).

Pode-se dizer que essa questão está relacionada às mudanças estruturais no espaço urbano, a reestruturação urbana³ que se observa em todas as aglomerações urbanas no Brasil, fruto das mudanças no modo de produção capitalista. Ou seja, a globalização é mais que um processo da expansão do modelo econômico em nível planetário. “É a generalização dos modelos e padrões de consumo distanciados de contextos locais que transforma o espaço e evidencia novas formas urbanas”. (OJIMA, 2006, p.5). Logo, seus desdobramentos vão além dos impactos na indústria, no emprego. Provocou uma mudança na vida social, na esfera da reprodução social que altera a lógica de consumo do espaço. Dentre essa mudança social está inserida a questão ambiental, visto que se “[...] por um lado temos a demanda crescente pela qualidade de vida urbana associada à proximidade dos artefatos ambientais [áreas verdes, rios, ar, solo], por outro lado temos um aumento na pressão sobre o consumo do espaço urbano”. (OJIMA, 2006, p. 3).

O que permitem supor a significativa influência da relação sociedade-natureza, bem como a importância da questão da sustentabilidade e dos processos interativos entre as dinâmicas urbanas e o ambiente natural, além das funções dos ecossistemas que foram alterados com a urbanização. Entende-se que,

³ Villaça (2001, p. 13) chama a atenção para o uso da expressão reestruturação urbana que é “usada como sinônimo de cidade como um todo material sem considerar sequer que elementos são esses.” Usa-se o termo “para qualquer alteração do espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. O simples registro das transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos”.

[...] a urbanização deveria ser considerada como um processo social que ocorre no espaço, no qual uma ampla gama de diferentes atores com objetivos e agendas bastante diversos, interagem através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas (HARVEY, 1996, p. 51).

Como fenômeno social, o crescimento urbano apresenta efeitos contraditórios, visto que ao mesmo tempo em que gera benefícios, produz custos ambientais e sociais expressos na perda da economia metropolitana, na perda dos valores estéticos e da solidariedade. (RATTNER, 2009). Nesse sentido, faz-se mister buscar compreender as modificações produzidas pela instalação dos empreendimentos recentes no espaço urbano de Delmiro Gouveia e, ao analisar as transformações, propõem-se abordar aspectos do planejamento urbano e da gestão ambiental, numa proposta que integre as alterações na vida da população e no ambiente considerando a participação dos atores sociais locais.

É ainda incipiente no Brasil, a elaboração do planejamento urbano que articule a preocupação com as questões socioeconômicas (aspectos evidenciados na política urbana) com as questões de preservação e conservação dos recursos naturais. Os interesses dos atores sociais na gestão urbana são contraditórios e se expressam no planejamento urbano, nas políticas públicas gerando disputas quando a demanda dos planos urbanos pressupõe um consenso no estabelecimento das prioridades. (ACSERALD, 2009).

3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ao longo dos anos, o conceito desenvolvimento local tem sido bastante criticado e renovado por muitos pesquisadores. Os anos de 1990, o relatório mundial do Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é considerado um marco dessa discussão. O referido documento destaca que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tende a relativizar o Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante como medida universal de desenvolvimento. (MILANI, 2005).

Nos anos 2000, tem-se uma mudança no entendimento do desenvolvimento que passa a integrar os temas sociais ao segmento da economia. Porém, o

desenvolvimento continua sendo criticado em seus fundamentos e práticas contraditórias. Uma das críticas se refere ao evolucionismo social que prega que os países subdesenvolvidos tem que atingir ao patamar dos países desenvolvidos. Ou seja, ao ser adotados os passos dos países desenvolvidos teriam a garantia de se tornarem desenvolvidos.

De acordo com Milani (2005), a crítica é que não se pode prever o desenvolvimento de forma independente da realidade local, visto que desenvolvimento local requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica; social; cultural; ambiental e físico-territorial; político-institucional; e científico-tecnológica que tem significado em um dado território⁴. O global tem uma importância associado ao local e vice e versa, uma vez que um influencia a mudança no outro.

O desenvolvimento implica considerar as relações dos diversos atores/sujeitos da sociedade. Ou seja, o desenvolvimento produz uma transformação das relações sociais que extrapola os processos técnicos de produção e inclui a preservação ambiental, visto que a dimensão ambiental deve ser incorporada às estratégias, programas e projetos de desenvolvimento que tem como objetivo assegurar melhores condições materiais e a sustentabilidade da sociedade. Desta forma, o desenvolvimento local não está relacionado apenas ao crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Desta forma, crescimento econômico, qualidade de vida e preservação do meio ambiente estão inter-relacionados e interdependentes. O econômico implica no aumento de renda e riqueza com condições dignas de trabalho. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local se preocupa com as gerações presentes e futuras, e nesse sentido, a questão ambiental assume importância, uma vez que a degradação ambiental não pode interferir que a geração atual e nem as futuras tenham as suas necessidades comprometidas.

Outro aspecto a considerar no desenvolvimento local é a articulação entre os sujeitos/atores e as esferas de poder: sociedade civil, ONGs, instituições públicas,

⁴ Diversos autores discutem o conceito de território, tais como Raffestin (1993), Haesbaert (2006), Souza (2003), Andrade (1995), Santos (2002) e Santos e Silveira (2008) dentre outros, enfocando alguns aspectos como o econômico, político, cultural ou o entrelaçamento destes.

privadas e políticas. Cada sujeito tem um papel no processo de desenvolvimento local.

De acordo com Dawbor (1996, p. 43), a promoção do desenvolvimento não pode ser de ações monopolizadas pelo poder público, este deve ser o articulador e facilitador das ações que só terão eficácia se a sociedade participar do projeto de desenvolvimento apropriado pela população. O poder público é apenas um dos atores envolvido. Implica em um projeto que afirme os direitos sociais de forma igualitária para todos os segmentos da sociedade onde a “cidadania não é um conceito absorvido e vivenciado pela maioria da população, se exige uma grande preocupação com a criação de uma cultura política democrática”.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a interpretação da realidade com base na visão dos atores articulando as questões teóricas e os objetivos do estudo, a opção teórico-metodológica da pesquisa está direcionada para o campo das abordagens qualitativas. A abordagem qualitativa permite apreender os significados dos discursos, a dinâmica das relações que se estabelecem entre os atores e as suas contradições, bem como analisar as mudanças ocorridas com a instalação dos novos empreendimentos, em especial, aqueles que surgiram com a interiorização das universidades.

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos.

A pesquisa bibliográfica será realizada visando fundamentar a pesquisa que implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo. Será também realizada uma pesquisa documental que segundo Silva (2009), busca compreender de forma indireta por meio de análise dos inúmeros tipos de documentos. Os documentos se referem ao Estatuto da Cidade, Plano Diretor e planos, projetos e programas de desenvolvimento.

4.1 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A obtenção dos dados com os profissionais dos órgãos da prefeitura de Caruaru, empreendedores, vereadores e conselheiros municipais através de entrevistas semiestruturadas. Segundo Minayo (2010), na entrevista semiestruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador facilitando sua abordagem.

Para a escolha dos sujeitos da pesquisa será utilizados como critérios de inclusão: os profissionais que compõem a equipe da prefeitura que atuam na secretaria de planejamento e meio ambiente em projetos de desenvolvimento do município. Os vereadores e conselheiros que atuam nos conselhos da cidade e orçamento. Assim, os sujeitos são técnicos da prefeitura (secretaria de planejamento e gestão, participação social e desenvolvimento econômico), gestores, vereadores e conselheiros (conselho da cidade e orçamento participativo). O critério de exclusão será os profissionais que não atuam na prefeitura nas secretarias escolhidas para participar da pesquisa; a equipe administrativa das secretarias envolvidas no estudo, bem como aqueles que expressam a opção de não participar da pesquisa.

Para análise dos dados será utilizado o método de análise de conteúdo que é uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa, conforme Bardin (2011), fazendo uso das três fases consideradas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Será utilizada na pesquisa a análise temática que consiste em uma das modalidades da análise de conteúdo.

4.2 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

De acordo com Diniz e Guillem (2005), a resolução 196/96 apresenta aspectos fundamentais em relação à defesa dos direitos humanos dos sujeitos envolvidos na pesquisa, dentre eles destacam: a elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido; o cuidado em relação aos riscos da pesquisa; às formas de seleção dos sujeitos; o ressarcimento dos gastos pessoais e indenização de danos decorrentes de participação dos sujeitos; o estabelecimento de critérios

6 ORÇAMENTO

ITEM	QUANTIDADE	VALOR/UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
Caneta	20	2,00	40,00
Lápis	10	1,00	10,00
Borracha	10	2,00	20,00
Folha a4	10	20,00	200,00
Internet	10	60,00	600,00
Livros	20	45,00	900,00
Marca texto	10	2,50	25,00
Transporte	60	3,00	180,00
Cartucho impressora	10	40,00	400,00
Total		175,50	2.375,00

As despesas citadas serão de total responsabilidade do grupo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AROCENA, José. Lo global y lo local en la transición contemporánea. **Cuadernos del CLAEH**, n. 78-79, Montevideo, 2a. série, año 22, p. 77-92, 2000.

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: _____. (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Recife: IPESPE, 1995.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DOWBOR, Ladislau. A Intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento. In: BAVA, Silvio Caccia. (Org.). **Desenvolvimento Local**. São Paulo: **Pólis**, n. 25, p. 29-44, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana e o capitalismo tardio. **Revista Espaço e Debates**, n. 39, Ano XVI, São Paulo, 1996.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. Disponível em: <
http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2016.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

OJIMA, Ricardo. A produção e o consumo do espaço nas aglomerações urbanas brasileiras: desafios para uma urbanização sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú. **Trabalhos apresentados...** Minas Gerais: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.ence.sistemas.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/3%20-%20Ojima%20%28ABEP2006_632%29.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2011.

RABELO, Josinês Barbosa. **Vulnerabilidade do licenciamento ambiental à luz da participação pública e da governança para a sustentabilidade**. 2014. 246 fls. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. R Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER, Henrique. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. **Espaço Acadêmico**, n. 95, ano VIII, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/095/95rattner.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – PODER PÚBLICO (GESTORES E VEREADORES)

1. As resistências e tensões em torno do crescimento da cidade.
2. O processo histórico da expansão da cidade de Caruaru.
3. As consequências positivas e negativas de grande produção de habitações verticalizadas e da expansão das IES em Caruaru.
4. O Plano Diretor e a organização da cidade.
5. Os Planos Diretores do Desenvolvimento de Caruaru.
6. A importância e a aplicação do Estatuto da Cidade.
7. A situação da infraestrutura e os problemas ambientais.
8. A participação da sociedade no plano de desenvolvimento da cidade.
9. A relação prefeitura com os conselhos municipais.
10. O processo histórico de aplicação dos projetos de desenvolvimento e seus reflexos físicos, sociais e culturais.
11. Os impactos da expansão urbana na habitação, transporte, segurança, lazer e emprego.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – SOCIEDADE

1. A importância do Plano Diretor e a participação popular no desenvolvimento de Caruaru.
2. A participação da sociedade civil na construção do Plano Diretor.
3. Os problemas socioambientais do desenvolvimento de Caruaru.
4. A influência dos atores políticos e da sociedade civil no planejamento da cidade.
5. Os conflitos de interesses e sua negociação.
6. A participação dos conselhos municipais na construção do projeto de desenvolvimento da cidade.
7. Os impactos negativos e positivos do projeto de desenvolvimento no meio ambiente e no cotidiano da população, principalmente com os novos empreendimentos habitacionais verticalizados e a expansão das IES.
8. Os problemas sociais e ambientais da cidade e a capacidade política da sociedade influenciar a elaboração de políticas públicas.
9. Os impactos da expansão urbana na habitação, transporte, segurança, lazer e emprego.
10. A relação prefeitura com os conselhos municipais